

A arquitetura da alteridade: imagens conceituais da cidade luso-brasileira na literatura de viagem francesa e britânica.

Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho (PUC-SP)¹

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo rever algumas imagens da cidade luso-brasileira nas narrativas de viagem de autores franceses e britânicos, que foram muitas vezes incorporadas pela historiografia. Procuro em algumas definições do gênero literatura de viagem, maneiras de compreender como se formam as imagens conceituais sobre a cidade brasileira e como o espaço urbano serve, neste período, como um espelho da alteridade entre a Europa “civilizada” e “polida” e os territórios de administração ou origem portuguesa, considerados decadentes e “bárbaros”, no período de criação do Estado Nacional brasileiro.

Palavras-chave: Literatura de Viagem; Vilas e Cidades; Historiografia; Alteridade.

Um dos principais desafios da historiografia no uso da literatura de viagem como fonte é reconhecer que estes textos, embora tão diversificados e com uma multiplicidade tão grande de registros, constitui um gênero literário claramente constituído, “dotado de um estilo, de uma poética e de uma retórica que lhe são próprias (DOIRON, 1988, p. 85)”. Ao constituir-se como um gênero específico, a composição dos relatos de viagem obedece a determinados parâmetros e expectativas; ou seja, “Convenções de gênero, e não o gosto pessoal, ordenam em grande medida o que o viajante diz (BATTEN, 1978, p. 15)”. Para Batten, o historiador deve primeiro compreender o meio pelo qual os conceitos são expressos antes de examiná-los e interpretá-los. “Ao falhar na consideração do meio, ele facilmente confunde mudanças de idéias com mudanças nas formas retóricas de expressá-las (BATTEN, 1978, pp. 17-18)”. Dessa maneira, a forma como se escreve o relato, as tópicos presentes, as convenções retóricas determinam muito dos conteúdos e das descrições presentes neste tipo de fonte. É de algumas destas tópicos sobre as cidades luso-brasileiras que desejo tratar adiante.

A primeira tópica é a da aparência enganadora. O Rio de Janeiro, no qual viveu entre 1808 e 1818 o negociante britânico John Luccock, não tinha ainda, em sua visão, recebido as benesses da presença da Corte portuguesa. Ele afirma que os edifícios públicos das grandes cidades da Europa emprestaram aos do Rio apenas os seus nomes e finalidades,

“comunicando-lhes, porém, pouca coisa além disso; pouco do seu esplendor e, se possível, menos ainda de seu decoro. Acontece o mesmo com as instituições públicas; elas são, em geral, cópias ordinárias dos originais que pretendem imitar (LUCCOCK, 1820, p. 53)”

¹ Amilcar TORRÃO FILHO (Prof. Dr.). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Dep. de História. Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (CIEC), Universidade Estadual de Campinas. E-mail: amilcartorao@uol.com.br.

Temos aqui duas idéias que se tornaram lugares comuns de muitos estudos sobre o Brasil e suas cidades: a de que a conformação espacial da cidade reflete, e revela, não apenas um desleixo com as edificações, mas também um descaso com a coisa pública, e de que as “idéias importadas”, “fora do lugar”, seriam responsáveis por esta falsa aparência européia, que sufocaria um suposto caráter nacional, na insistência em apossar-se de modelos estrangeiros que não caberiam em nossa “realidade”. Para Luccock, e outros viajantes, a aparência ocidental esconde uma essência muito pouco européia ou “polida”.

O conde de Suzannet parece desejar se contrapor ao “amor-próprio” dos brasileiros que, segundo ele, acreditavam que seu país era o “ponto central da civilização na América do Sul” e logo poderia rivalizar com os Estados Unidos. Reconhece que o país tinha grandes recursos, que o solo não necessitava nada para produzir, mas o papel, pergunta-se, “que desejava desempenhar esta raça portuguesa degenerada está à altura de suas forças? Esta questão que se coloca o viajante que desembarca no Rio de Janeiro, ele não tarda a responder em um sentido bem contrário aos sonhos do orgulho brasileiro (SUZANNET, 1844, pp. 66-67)”. Já na chegada ao Rio de Janeiro, a cidade não lhe produz a impressão que ele esperava experimentar, ela lhe parece uma fantasmagoria; a baía de Guanabara é tão vasta “que o olhar não pode abarcar toda a sua extensão; você fica indeciso diante dos quadros tão diversos que se procura em vão agrupá-los em torno a um ponto central; apenas na entrada da baía que podemos apreender o conjunto da paisagem”. O Corcovado e o Pão de Açúcar dominam um grupo de colinas pitorescas, mas quanto à cidade, “perdida no espaço, seria difícil julgar sua importância, pois as igrejas da Glória e de Santa Tereza são os únicos monumentos que você pode distinguir (SUZANNET, 1844, p. 67)”. Em outro texto, ele afirma que a baía de Guanabara não oferece “o imponente espetáculo das vistas de Nápoles ou de Constantinopla”, às quais era freqüentemente comparada nas narrativas de viagem. Sobre as montanhas que emolduram a baía, à exceção do Pão de Açúcar, “cone árido, mais bizarro do que majestoso”, e do Corcovado, “que paira sobre nossas cabeças”, no qual procurei, diz ele “em vão perceber diferenças de formas que me permitissem distingui-las”. O aspecto destas montanhas, afirma, é semelhante “à face dos negros, que por não terem fisionomias distintas, apenas o hábito nos impede de confundi-los (SUZANNET, 1846, p. 201)”. O Rio de Janeiro tornou-se, para ele, metáfora e imagem símbolo do país: cidade opaca, indefinível, indistinguível, face sem fisionomia de uma nação que é igual aos negros que inundam suas ruas e fazendas, um único rosto desfigurado e sem expressão. Se a expressão facial representa uma “relação entre a interioridade do homem e sua aparência, e de suas transformações (COURTINE, HAROCHE, 1988, p. 48)”, a expressão do negro, e por antonomásia, do Brasil, representa o vazio e a inexpressão; nada mais além de ilusão e desordem.

Outra imagem freqüente é a do caos e da falta de civilidade. Muitos viajantes apontam na chegada da família real ao Brasil, um momento “civilizatório”, que poderia mudar a face das cidades luso-americanas, bem como trazer hábitos mais “polidos” a esta parte da América. Para Debret, o Rio de Janeiro ao tornar-se capital do Império seria o local de onde “a civilização iria irradiar-se por todas as partes do território”. O luxo criou artífices hábeis, as ciências formaram sociedades de encorajamento, “a arte conquistou adeptos e a tribuna, oradores (DEBRET, 1834-1839, v. 2, p. II)”. A Corte dá uma maior dignidade ao Rio de Janeiro, na visão de Debret: as residências da nobreza, nos arredores da cidade, são novas e elegantes, as ruas são estreitas, porém bem

alinhadas havendo na Rua Direita e da Quitanda, casas de três ou quatro andares (DEBRET, 1834-1839, v. 2, p. 3). Se a aparência da cidade não o decepciona, isso se deve à ação civilizadora da Corte, ao Reinado de D. Pedro I, já no momento da separação com Portugal, e também pela afluência de franceses que movimentavam o comércio e os serviços da capital, como cabeleireiros, cirurgiões-dentistas, padeiros, artistas etc. Os prazeres da mesa já eram comuns, trazidos por ingleses e alemães, além dos viajantes que chegavam em grande número. Um francês seria o responsável pela introdução da farinha na cidade, fazendo progredir o negócio das padarias, favorecido pelo acréscimo do consumo “provocado pela prodigiosa afluência de seus compatriotas **comedores de pão** (DEBRET, 1834-1839, v. 2, p. 41. Destaque meu)”. Assim como os gregos frente aos bárbaros, os **comedores de pão** franceses vieram trazer, na visão de Debret, as Luzes da civilização às terras incultas da América. Nestas imagens encontramos o eco de uma condenação à colonização portuguesa: apenas superando a condição de colônia, sobretudo de colônia de uma potência decadente, supersticiosa, fraca e invejosa, poder-se-ia prever alguma civilização nos “trópicos”.

Se há um aspecto que pode nos demonstrar uma transformação operada no interior do gênero da literatura de viagem, na passagem do século XVIII ao XIX, trata-se da mudança radical na percepção da paisagem urbana luso-brasileira, sobretudo na descrição da baía do Rio de Janeiro, que viria a tornar-se uma das imagens mais paradigmáticas deste tipo de narrativa no Brasil. Trata-se de um novo discurso sobre a paisagem, ao mesmo tempo científico e artístico, no qual determinadas paisagens brasileiras se tornam belas aos olhos dos viajantes europeus, um sentimento que não é natural, mas constituído historicamente.

Para o autor do relato da Missionary Society, a visão da baía, e a “vastidão de sua vista, enchem a mente com as mais prazerosas sensações”. Passada a entrada estreita, abre-se para um grande lago (**sic**), com diversas ilhas; a cidade se apresenta com suas fortificações e suas “paredes caiadas de branco, de maneira notável, com navios ancorados e barcos levando suprimentos a toda parte”. As montanhas vão “além de onde a vista pode alcançar”, o que leva o autor a pensar que, no coração destas montanhas, “milhares de seres humanos estão condenados, em busca do ouro e diamantes, a passar seus dias na miséria (MISSIONARY SOCIETY, 1799, p. 34)”. Este é um bom exemplo de como a descrição não depende apenas do mundo material e de sua observação, e não prescinde da informação prévia, da interpretação. No final do século XVIII temos claramente uma visão utilitária da vista descrita, seja para servir de itinerário à navegação, seja para prevenir dos males da insalubridade do local ou da cobiça dos nativos.

Entrados no século XIX, vemos uma mudança enorme na forma da descrição, que terá um grande impacto também nas imagens formadas sobre a cidade do Rio de Janeiro, e também de Salvador, os dois principais portos de chegada ao Brasil e suas duas cidades mais importantes. James Tuckey, em 1802, também descreve a baía, mas de maneira bastante diversa das que vimos até agora. As suas margens são bastante montanhosas, diz ele,

“formando precipícios abruptos e escarpados, nas mais extravagantes e extraordinárias formas. A Natureza parece ter se divertido na formação de sua última obra, e ter combinado as mais fantásticas formas, as quais

ela espalhou mais escassamente no velho continente (TUCKEY, 1805, p. 42)”.

A vista da baía, ao contrário das descrições anteriores, se transforma em paisagem e esta se transmuta em espetáculo.

Muitos autores franceses destacam as formas quase mágicas de nossa baía mais famosa. Thevenot, que chegou à cidade em agosto de 1833, descreve bem a sensação de fantasmagoria que se apossa do viajante que a vê pela primeira vez:

“Iludidos pelas configurações extravagantes de várias destas montanhas, nossa imaginação acreditaria perceber o gênio do Brasil deitado sobre seus vastos cumes: nosso olhar estava sob o encanto de uma natureza grandiosa e o horizonte vaporoso recuando os objetos parecia aumentá-los ainda mais (THEVENOT, 1834, p. 663)”.

Melchior Yvan, em 1844, ressalta o caráter cenográfico do Rio de Janeiro, que se impõe numa leitura pitoresca da cidade: a baía do Rio é um pequeno “mar interior que beija timidamente os pés das ilhas graciosas que ela encerra”. Cada um de nós, afirma, “admira o magnífico espetáculo que nos apresenta este magnífico porto, o mais seguro que há no mundo, com suas florestas de mastros, sua dupla bordadura de casas brancas, e de verdes montanhas que limitam o espaço”. A descrição “faz ver” os efeitos de luminosidade que dão mais magnificência à cena, destacando a forma como o dia, nas zonas tropicais, “se ilumina de repente para dar lugar à noite”, deixando tudo numa obscuridade profunda, e “nos oculta todos os objetos encantadores que mal havíamos entrevisto”. No entanto, de repente “o recinto circular” da baía se acende “em mil fogos, e as lanternas dos navios, as casas do Rio e de Praia Grande, improvisam a nossos olhos uma dessas iluminações feéricas que eu só acreditava serem realizáveis na Ópera (YVAN, 1853, v. 1, p. 62)”.

Se Babilônia é a rainha das prostitutas e das abominações, o Rio não deixará também de ter sua majestade, e Lacordaire será lapidar nesse sentido, ao representar tão bem todo o fascínio e o temor que os europeus têm frente a esta cidade, paisagem espelho de seu pensamento e de seus temores. Um misto de atração e repulsão pela sua exuberância, sua urbanidade tão pouco urbana, sua paisagem híbrida como um monstro medieval, nem cidade nem natureza, mas um cruzamento “bastardo” de ambos, indefinível e incompreensível. Imagem-síntese desta cidade-síntese da América portuguesa: ali, diz ele,

“você poderá penetrar até Deus, se lhe for permitido vê-la e não morrer. E depois, estas montanhas! Estes centos de ilhas verdejantes que inclinam suas palmeiras sobre as águas! Esses milhares de navios que sulcam seu azul ou que dormem alongando suas sombras sobre as vagas onduladas! Acreditem, é uma terra de indelévels recordações: não tem nenhum defeito, a não ser a ausência de homens (LACORDAIRE, 1832, p. 645)”.

A imagem sublime dá conta de todo o terror que infunde na imaginação européia uma cidade do Novo Mundo: ela é a face de Deus, terrível em sua grandeza, porém impiedoso em seu poder destruidor, à qual não se pode defrontar sem o risco de morrer. Jacó é um dos únicos que a vê e sobrevive: “eu vi a face de Deus e a minha vida foi salva (Gênesis, 21, 31)”. Numa disputa com o próprio Deus, Jacó afronta a sua face, é

abençoado e recebe o nome de Israel, “porque foste contra Deus e contra os homens, e tu prevaleceste (Gênesis, 32, 29)”. Ao receber as tábuas da lei, Moisés é advertido por Deus de que sua face é totalmente interdita aos homens: “Não poderás ver a minha face, porque o homem não pode ver-me e continuar vivendo (Êxodo, 33, 20)”. Descortina-se para o viajante uma paisagem vazia e deserta, sem substância apesar da aparência urbana de suas cidades, que não deixam de ser vistas, com um olhar de Adão, como só-natureza, pressupondo que as paisagens e gentes deste novo mundo “estariam como que vazias de sentido, à espera de quem as definisse (SÜSSEKIND, 1990, p. 269)”. Miragem, fantasmagoria, a paisagem do Rio de Janeiro serve de representação perfeita desta cidade luso-brasileira, sedutora, atraente, mas cuja substância é a da desordem, do caos e do mundo às avessas.

Passado o deslumbramento com as paisagens dos portos brasileiros, o contato com as ruas e com os habitantes destas cidades revela uma paisagem totalmente diferente: de caos, sujeira e abominação. A ilusão da beleza sublime e inarrável da cidade do Rio de Janeiro esconde uma imagem de desordem e caos, que se reflete na materialidade da cidade, não apenas da capital, mas de todos os centros urbanos brasileiros. Para os viajantes, a cidade luso-brasileira é o inverso de uma verdadeira cidade, talvez o inverso da cidade européia, ou apenas o espelho no qual se refletem suas idiossincrasias. As casas são mal arejadas, e isso, num clima tropical, fazia com que as vestes usadas dentro de casa estivessem “pouco de acordo com o exato pudor”; não era raro que as mulheres se mostrassem em casa apenas com “um simples saiote e uma camisa que, muito larga na parte de cima, recai freqüentemente dos ombros sobre os braços, seja involuntariamente, seja por um manejo bastante exagerado de coquetismo (FREYCINET, 1825, p. 177)”. Inadequadas ao clima, ordinariamente construídas em apenas um pavimento, no máximo dois, com um grande salão dando para a rua e pequenas alcovas e corredores mal arejados, as casas do Rio de Janeiro impeliam seus moradores ao vício. Mais do que isso, haveria um “vício de construção” que construiria as casas – e cidades – de maneira irregular e inadequada, cujas causas seriam, para Freycinet, os modos e hábitos dos cidadãos, “que, passando a maior parte de sua vida a dormir, a passear, a olhar pela janela e a receber de vez em quando seus amigos, só têm, de fato, necessidade de seu salão e de sua alcova”; e o segundo motivo, mais técnico, seria o preço alto dos terrenos na cidade, obrigando a se construir o máximo no menor espaço possível, dando-lhes apenas a largura estritamente necessária para que entrasse um mínimo de luz (FREYCINET, 1825, p. 178-179). Mais do que a escolha de normas construtivas inadequadas, haveria uma inadequação dos homens que construíam estas cidades da América portuguesa, já que os proprietários dirigiam os operários “à sua maneira”, daí derivando “as inúmeras irregularidades que enfeiam os edifícios (FREYCINET, 1825, p. 179)”.

O que realmente dava uma noção de alteridade aos visitantes no Brasil, não era apenas a natureza, para a qual já tinham uma disposição narrativa e conceitual estabelecida; era sobretudo a população que encontrava nas cidades. Gardner, por exemplo, não estranha apenas a vegetação americana, tão distinta de sua Grã-Bretanha natal, mas muito mais os seres humanos, diz ele,

“que primeiramente me apareceram ao desembarcar. Os inúmeros pequenos botes e canoas que cortam o porto são todos manejados por negros africanos; as ruas longas e estreitas pelas quais passamos eram apinhadas de gente da mesma raça, seminus, muitos deles suando sob

suas cargas e com um cheiro tão forte que era quase intolerável. Raramente se via uma face branca (GARDNER, 1846, p. 4)”.

Se vista do navio pela manhã, a cidade tinha uma aparência imponente, pela sua posição e inúmeras igrejas e casas caiadas de branco, olhada de perto, esta impressão não passava de uma ilusão. As ruas eram “estreitas e sujas” e o “fedor de milhares de negros” e os “eflúvios dos inúmeros armazéns de provisões, davam uma impressão que podia ser tudo, menos agradável (GARDNER, 1846, pp. 4-5)”.

Melchior Yvan, extasiado pela visão da baía, busca em terra os pequenos prazeres aos quais não podia dar-se no mar: água fresca, sorvetes, frutas e um jornal do dia. Mas à saída do Hotel Pharoux, o que encontra é apenas o espanto em ver as ruas “totalmente invadidas pela população negra”. Ele não pode deixar de admirar, pasmado, “estes bandos nus e gritadores”, não pode deixar de contemplar “essas legiões negras que tremelicam sob um sol de fogo, como diabos em um braseiro”. Esta visão verdadeiramente dantesca deste “mundo bizarro” faz com que Yvan acredite observar “alguma misteriosa iniciação, a alguma cerimônia de um culto infernal (YVAN, 1853, v. 1, p. 63)”. A descida aos infernos é tópica freqüente no gênero, dos quais o viajante quase sempre sai, ou ileso ou modificado, como Dante. Com relação à chegada ao Brasil, a particularidade é a imagem edênica da chegada, substituída pelo inferno habitado por negras criaturas, demônios gritadores gemendo no braseiro dos “Trópicos”. Os monumentos públicos, os equipamentos urbanos da cidade, a Câmara de Deputados, o Senado ou a Bolsa, não oferecem “nada digno de atrair a atenção do viajante”. A única coisa que pode atrair o seu olhar é esta “multidão variada e barulhenta que corta a cidade em todos os sentidos”; estas negras de Angola com tecidos brilhantes sobre as costas, à moda oriental, outras com tatuagens extravagantes, com “braços estranhamente ornados de pulseiras de cobre”, mulatas de “olhos lânguidos e ardentes”, apresentando todas as tonalidades em seus “rostos expressivos (YVAN, 1853, v. 1, pp. 63-64)”. Apesar da grande atividade comercial do Rio, a presença na Rua do Ouvidor de uma perfeita “réplica” da Rua Vivienne de Paris, que dão ao viajante a ilusão de estar numa cidade ocidental, o que realmente atrai o olhar descritivo do estrangeiro é o espetáculo infernal dos negros; a “aparente beleza” dos olhos lânguidos da mulata, que maquiavam sua condição de demoníaca.

O relato da *Missionary Society* deixa bem claro este incômodo com os rituais católicos do Brasil. A sua capital parece, para eles, “exceder todos os locais papistas em matéria de religião”. Em cada esquina se podia encontrar uma figura de Nosso Salvador e da Virgem Maria “colocada num nicho, ou uma espécie de armário, com uma cortina e janela de vidro”. Pela noite, havia velas acendidas; e o pior, ao passar defronte a essas imagens, “as pessoas param para dirigir suas devoções, e por toda a noite a voz de suas cantorias para estas imagens pode ser ouvida”. E até mesmo o mais pobre mendigo “faz negócio com a religião”, carregando um crucifixo em seu peito, abençoa as pessoas que lhe cruzam o caminho, e “deve ser pago por essa benção assim como o papa (MISSIONARY SOCIETY, 1799, p. 33)”. Como missionários, é claro que o espetáculo da escravidão não lhes passa despercebido, escravos doentes pelas ruas, e a terrível imagem, sempre recorrente, do mercado de escravos. Mas a “idolatria” dos católicos luso-brasileiros parece atrair-lhes mais a indignação. Recebidos no palácio do governo, foram recepcionados pelo coronel comandante com toda a polidez, e por sua mulher, que foi “especialmente atenciosa com nossas esposas”, diz o narrador. No entanto, diz ele, não puderam retribuir as gentilezas, especialmente

“quando vimos suas arraigadas superstições, seus rosários e crucifixos pendurados em seus pescoços; e a cruz e seus santos estão nas esquinas de cada rua, e por fora de suas casas: às quais eles se inclinam reverentes e se persignam quando passam. Eles realmente parecem afundados na idolatria (MISSIONARY SOCIETY, 1799, p. 35)”.

John Turnbull tem uma impressão mais condescendente da religião católica no Brasil em sua breve estada em Salvador, em 1800, ainda que esta condescendência revele, para ele mesmo, a superioridade de sua fé reformada. As igrejas da cidade lhe pareceram bastante bonitas e bem decoradas, e lotadas de fiéis de todas as dignidades, e a devoção tão sincera, que mesmo sendo protestantes, “e sem nenhuma predileção por sua santidade o papa”, isso não deixa de lhes dar uma boa impressão (TURNBULL, 1805, v. 1, p. 23). Assiste a uma cerimônia na Catedral da cidade, num domingo de festa, com sermão proferido pelo bispo, que ele considera eloquente e vigoroso, ainda que um pouco exagerado, contra os “vícios e impiedades”. Em seguida, a imagem de Nossa Senhora e do príncipe do Brasil são levadas em procissão pelas ruas da cidade, reverenciadas pelas mulheres, de seus balcões: “Um espetáculo teatral de forma alguma desagradável, se o zelo de uma religião equivocada pode ser admitido como escusa pelos seus erros (TURNBULL, 1805, v. 1, pp. 24-25)”. Turnbull não duvida, ao contrário de muitos outros viajantes, da sinceridade da fé católica dos luso-brasileiros, ainda que a idéia de aparência esteja clara na identificação da festividade com um espetáculo teatral; entretanto, esta sinceridade serve apenas para perdoar seus erros, ainda que ao final de sua digressão ele assuma, para si mesmo e para o leitor, a dúvida em relação à possibilidade desse perdão: ele é possível se pudermos considerar a autenticidade de um sentimento equivocado como um paliativo para o erro da doutrina.

Franceses católicos pintam as cerimônias religiosas praticamente com as mesmas cores que seus contemporâneos protestantes, talvez com uma pequena diferença, ao insistirem menos na “idolatria” e no culto às imagens, pecado do qual, afinal, poderiam também ser acusados. Insistem na inadequação da religiosidade luso-brasileira com relação à verdadeira fé cristã. Esta inadequação se transforma em paradoxo na descrição de Du Petit Thouars, que esteve no Rio de Janeiro em 1836. Chama-lhe a atenção, como a todos os viajantes, a frequência das procissões na cidade, mas a justificativa que ele dá para este fato é quase surpreendente. Elas são inúmeras e realizadas com “grande pompa”, com a participação sempre de muita gente, “pois a população em geral, infelizmente muito depravada, e pouco religiosa, apóia-se muito na observação de formas exteriores de culto”. Elas são ainda, muito curiosas pelo grande número de ordens e confrarias que participam, além da “riqueza e variedade de costumes (DU PETIT THOUARS, 1840, p. 65)”. Chega a ser desconcertante a sua formulação: a depravação e irreligiosidade estão na base das cerimônias religiosas luso-brasileiras, verdadeira projeção de um mundo às avessas; paradoxo instigante, surpreendente, tão exótico quanto estas próprias cerimônias, e argumento que não deixou de ter certo fortúnio nas interpretações da sociedade brasileira.

Tollenare foi dos que mais se impressionou com a preguiça dos luso-brasileiros, outra tópica do gênero, mas ao contrário dos que viam no clima quente da Zona Tórrida a causa deste mal, para ele o clima não era o principal culpado. No Recife, por exemplo, ele afirma que estava convencido de que a

“repugnância dos brasileiros pelos longos passeios, sob o pretexto de que o clima os impedia, tinha como causa uma preguiça de corpo [*nonchalance de corps*] que lhes deixa inimigos do exercício e uma preguiça de espírito [*nonchalance d’esprit*] que afasta de toda investigação que não tenha por meta um objeto de interesse pecuniário imediato (TOLLENARE, 1971-1973, v. 2, p. 350)”.

O habitante pobre do Brasil, para Tollenare, não tem necessidade de toalete, pois ele não troca nunca a sua vestimenta.

“Ele permanece em ceroulas, fumando em sua porta que ele só abandona para ir se balançar em sua rede. Sua mão se estende com dificuldade para receber a sua medíocre ração de mandioca. Você pergunta a ele onde mora Um Tal, seu vizinho: ele não sabe nada. Falar o fátiga tanto quanto pensar (TOLLENARE, 1971-1973, v. 3, p. 759)”.

Novamente corpo e mente dos luso-brasileiros se unem na formação do ser indolente que mal pode se alimentar, que sequer consegue raciocinar. Como em Provérbios, 26, 15, “O preguiçoso põe a mão no prato: levá-lo à boca é muita fadiga”. Tópicas que teriam vida longa e próspera na interpretação do Brasil e em sua historiografia, sobretudo da cidade colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BATTEN, JR., Charles L. *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth Century Travel Literature*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.
- [2] *Bíblia de Jerusalém*. Trad. port. Gustavo da Silva Gorgulho et. al. São Paulo: Paulus, 2004.
- [3] COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine. *Histoire du visage*. Exprimer et taire ses émotions (du XVIe siècle au début du XIXe siècle). Paris: Payot, Rivages, 1988.
- [4] DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, ou Séjour d’un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement, Époques de l’Avénement et de l’Abdication de S.M.D. Pedro 1^{er}., Fondateur de l’Empire Brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. 3 vv.
- [5] DOIRON, Normand. L’art de voyager. Pour une définition du récit de voyage à l’époque classique. *Poétique*. Paris: Seuil, 73: 83-108, févr., 1988.
- [6] DU PETIT THOUARS, Abel. *Voyage autour du monde sur la frégate La Vénus*, pendant les années 1836-1839. Publié par ordre du Roi, sous les auspices du ministre de la Marine. Paris: Gide, 1840.
- [7] FREYCINET, Louis. *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi*. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d’État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l’*Oranie* et la *Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Pillet Aîné, 1825.
- [8] GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil*, principally through the Northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. London: Reeve, Brothers, 1846.

- [9] LACORDAIRE, Théodore. Un souvenir du Brasil. *Revue des Deux Mondes*. Paris, 7: 645-671, 1832.
- [10] LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; Taken During a Residence of Ten Years in That Country, From 1808 to 1818*. London: Samuel Leigh, 1820.
- [11] MISSIONARY SOCIETY. *A missionary voyage to the Southern Pacific Ocean, performed in the years 1796, 1797, 1798, in the ship Duff, commanded by Captain James Wilson*. Compiled from journals of the officers and the missionaries, and Illustrated With Maps, Charts, and Views, Drawn by Mr. William Wilson, and engraved by the most eminent Artists. With a Preliminary Discourse on the Geography and History of the South Sea Islands; And An Appendix, Including Details Never Before Published, of The Natural and Civil State of Otahiti; By a Committee Appointed For the Purpose, By the Directors of Missionary Society. London: T. Chapman, 1799.
- [12] SÜSSEKIND, Flora, *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- [13] SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de. Le Brésil en 1844. Situation morale, politique et financière. Intérieur du pays. – Les Villes maritimes. – Avenir politique. – Rapports du Brésil avec l'Europe. *Revue des Deux Mondes*. Paris, 7(3): 66-105; 849-909, 1844.
- [14] _____. *Souvenirs de Voyages*. Les Provinces du Caucase, L'Empire du Brésil. Paris: G.-A. Dentu, 1846.
- [15] THEVENOT, M.F. Voyage pittoresque et médical de Toulon au Brésil sur la corvette *la Victorieuse*. *Annales Maritimes et Coloniales*. Paris: Imprimerie Royale, 19(2): 653-689, 1834.
- [16] TOLLENARE, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil*. Éd. et commentaires Léon Bourdon. Paris: Presses Universitaires de France, Fondation Calouste Gulbenkian, 1971-1973. 3 vv.
- [17] TUCKEY, James H. *Account of a Voyage to Establish a Colony at Port Philip in Bass's Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty's Ship Calcutta, in the years 1802-3-4*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row, 1805.
- [18] TURNBULL, John. *A Voyage Round the World, in the Years 1800, 1801, 1802, and 1804; in Which the Author visited the principal Islands in the Pacific Ocean, and the English Settlements of Port Jackson and Norfolk Island*. London: Richard Phillips, 1805. 3 vv.
- [19] YVAN, M. *Voyages et Récits*. Bruxelles: Meline, Cans et Cie. 1853. 2 vv